

mulheres fluminenses

DA EXCLUSÃO AO PROTAGONISMO

a evolução da educação
das mulheres no Brasil e
no Rio de Janeiro

A EFETIVIDADE DAS COTAS DE GÊNERO NO LEGISLATIVO BRASILEIRO

MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO

SUMÁRIO

LUTE COMO
UMA MULHER

05

DA EXCLUSÃO AO
PROTAGONISMO

07

MULHERES
NA POLÍTICA

10

A EFETIVIDADE DAS
COTAS DE GÊNERO
NO LEGISLATIVO
BRASILEIRO

14

MULHERES E O
MERCADO DE TRABALHO

20

MULHERES DONAS DE SI

24

PERFIL DAS MULHERES
DA FUNDAÇÃO CEPERJ

28

EDITORIAL

Escrito por

NOELMA RAMOS FARIA

Presidente da Comissão de Valorização
da Mulher da Fundação CEPERJ

Para a Fundação Ceperj e a Comissão de Valorização da Mulher, o Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março, é uma ocasião especial para reconhecer, refletir e valorizar as inúmeras atribuições e o impacto das mulheres em todos os setores da sociedade. Trata-se de um momento que convida não apenas à celebração, mas também ao fortalecimento do compromisso institucional com a equidade e o reconhecimento.

Ao longo dos anos, a mulher conquistou espaços, superou barreiras e desempenhou papéis essenciais que promovem o desenvolvimento econômico, social e cultural. Essas conquistas transformaram realidades e ampliaram horizontes, são resultado de trajetórias marcadas por resistência, competência e dedicação.

Nesse contexto, esta edição busca homenagear a diversidade de suas atuações, reforçando a importância de promover a igualdade de oportunidades e o reconhecimento contínuo de seu protagonismo. Valorizar essa pluralidade é reconhecer que cada espaço ocupado representa avanço coletivo.

A mulher moderna desempenha papéis variados e complexos, conciliando responsabilidades profissionais, familiares e pessoais. Além de exercer funções tradicionais, ela assume cargos de liderança, inovando e contribuindo de forma significativa para o crescimento de empresas e organizações. Sua versatilidade se manifesta na capacidade de gerir equipes, tomar decisões estratégicas, inovar e liderar com sensibilidade e eficiência, demonstrando que competência e empatia caminham juntas.

Diante desse cenário, a presença feminina é vital para o sucesso e a inovação nas organizações. A diversidade de gêneros traz diferentes visões, melhora a tomada de decisão e impulsiona a competitividade. Empreendimentos liderados por mulheres têm demonstrado maior preocupação com responsabilidade social, sustentabilidade e inclusão, valorizando a ética e a diversidade como pilares de gestão.

Ao celebrarmos o Dia Internacional da Mulher, renovamos nosso compromisso com a valorização, o respeito e a promoção de oportunidades iguais para todas. É fundamental criar espaços que reconheçam as múltiplas atribuições das mulheres, valorizando suas contribuições e incentivando seu protagonismo contínuo.

Que esta data seja, portanto, uma oportunidade permanente de reflexão e ação, para que possamos construir uma sociedade mais justa, igualitária e inspiradora, onde a força e a diversidade das mulheres sejam sempre celebradas e respeitadas.

A valorização, o respeito e a promoção de oportunidades iguais para todas. É fundamental criar espaços que reconheçam as múltiplas atribuições das mulheres, valorizando suas contribuições e incentivando seu protagonismo contínuo.

Que esta data seja, portanto, uma oportunidade permanente de reflexão e ação, para que possamos construir uma sociedade mais justa, igualitária e inspiradora, onde a força e a diversidade das mulheres sejam sempre celebradas e respeitadas.

EXPEDIENTE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Governador
Cláudio Bomfim de Castro e SilvaSecretaria de Estado da Casa Civil
Nicola Moreira MiccioneFundação Centro Estadual de Estatísticas,
Pesquisas e Formação de Servidores Públicos
do Rio de Janeiro - CEPERJ
Presidente
Izabel Maria Brito ToledoCentro de Estatísticas Estudos e Pesquisas -
CEEP
Diretora
Nathalia Emygdia de AndradeCoordenadoria de Gestão, Inovação e Informação - COOGIN
Coordenador
Breno Pereira OrnellasEquipe Técnica
Andrezza Soares Moura
Barbara Filippo Teixeira
Grazielle Rigueira da Motta
Michele Esquerdo
Geane Grangeiro
Juceline Barbosa GuimarãesComissão de Valorização da Mulher - CEPERJ
Noelma Ramos Faria - presidente
Mariana Castilho Paes Boaventura - vice-presidente
Nathália Emygdia de Andrade
Nathália Silva dos Santos
Bianca Neuberger LedaProjeto Gráfico, Diagramação e Design
Antonio Matos

LUTE COMO UMA MULHER

Escrito por
ANDREZZA MOURA

A conquista dos direitos das mulheres no Brasil ocorreu de forma gradual, resultado de transformações sociais e da mobilização feminina ao longo da história. Passando pelo acesso à educação no século XIX até a ampliação da participação política, da autonomia civil e da criação de leis de proteção contra a violência e a desigualdade.

A linha do tempo a seguir apresenta alguns dos principais marcos legais e institucionais que contribuíram para ampliar direitos e fortalecer a igualdade entre mulheres e homens no Brasil.



¹ A mulher passou a ter maior autonomia para trabalhar e administrar seus próprios rendimentos, sem depender da autorização do marido. Também conquistou direitos civis antes restritos, como viajar, assinar contratos e realizar transações em seu próprio nome. No âmbito familiar, deixou de existir a figura do marido como chefe absoluto, estabelecendo maior igualdade entre os cônjuges, inclusive em relação à guarda dos filhos e aos direitos sobre bens e herança.



Escrito por
ANDREZZA MOURA

DA EXCLUSÃO AO PROTAGONISMO: a evolução da educação das mulheres no Brasil e no Rio de Janeiro

A educação das mulheres no Brasil é resultado de um processo histórico longo e marcado por restrições legais, desigualdades sociais e lutas políticas contínuas. Durante o século XIX, o acesso feminino à educação formal era limitado tanto por normas jurídicas quanto por concepções sociais que associavam as mulheres exclusivamente ao espaço doméstico.

A Lei Geral, de 15 de outubro de 1827, considerada o primeiro marco legal da educação pública no Brasil, autorizou a criação de escolas de primeiras letras para meninas, mas estabeleceu currículos distintos por gênero. Enquanto os meninos tinham acesso a conteúdos como geometria e noções mais amplas de matemática, às meninas era reservado um ensino voltado à moral cristã, às “prendas domésticas” e à leitura básica, reforçando a ideia de que a educação feminina deveria servir à formação de esposas e mães, e não à autonomia intelectual ou profissional.

Esse modelo restritivo perdurou por décadas, limitando severamente as possibilidades educacionais das mulheres. Apenas no final do século XIX surgiram avanços legais mais consistentes. A Lei de 1879, que reforma o ensino primário e secundário no Brasil, conhecida como Reforma Leôncio de Carvalho, representou um ponto de inflexão ao permitir oficialmente o ingresso de mulheres no ensino superior. Ainda que o acesso não tenha sido imediato nem igualitário na prática, essa legislação abriu caminho para a presença feminina nas universidades brasileiras e possibilitou trajetórias pioneiras.

Ao longo das décadas seguintes, a ampliação do acesso à educação básica e superior produziu transformações profundas no perfil educacional das mulheres brasileiras. No estado do Rio de Janeiro, esse processo acompanha a tendência nacional, marcada por maior escolaridade média feminina em comparação aos homens.

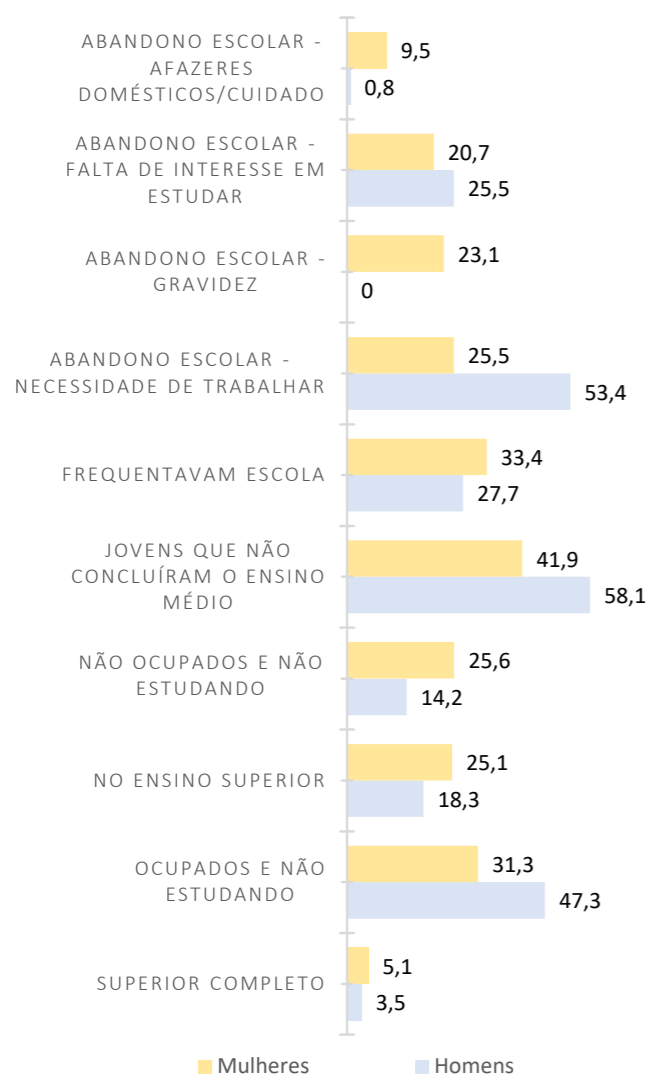
Na Educação Básica, os dados do Censo Escolar 2023 reforçam uma tendência histórica: a escolaridade das mulheres é, em média, superior à dos homens. Em conjunto, esses indicadores evidenciam não apenas a forte presença feminina no sistema educacional, mas também a consolidação de um percurso formativo marcado por maior permanência e participação das mulheres em diferentes níveis de ensino.

Em 2023, os dados educacionais reafirmam a predominância feminina em diferentes etapas da formação escolar no Brasil. No Ensino Superior, as mulheres representam 59% das matrículas.

las, com destaque para os cursos de licenciatura, nos quais alcançam expressivos 73,9% das matrículas. Esse protagonismo também se reflete no Exame Nacional do Ensino Médio: no Enem 2025, as mulheres lideram as inscrições confirmadas, somando 2.889.851 candidatas, o equivalente a 60,06% do total de 4.811.338 inscritos.

SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO E CONDIÇÃO DE ESTUDO - BRASIL (2023)

Fonte: IBGE



Entre os jovens de 14 a 29 anos, cerca de 9 milhões não concluíram o ensino médio sendo 58,1% homens e 41,9% mulheres; em termos de cor ou raça, 71,6% eram pretos ou pardos e 27,4% brancos, segundo a IBGE. Os maiores percentuais de abandono concentram-se a partir dos 16 anos (16%), chegando a 21,1% aos 18 anos — faixa que também registrou o maior aumento em relação a 2019 (5,4 pontos percentuais).

Destaca-se, ainda, a idade de 15 anos, porta de entrada no ensino médio, quando a taxa de abandono (12,6%) praticamente dobra em comparação aos 14 anos (6,6%) como ressalta Adriana Beringuy, coordenadora de pesquisas domiciliares do instituto.

Em 2023, 41,7% dos jovens de 14 a 29 anos com escolaridade inferior ao ensino médio completo apontaram a necessidade de trabalhar como principal motivo para terem abandonado ou nunca frequentado a escola, percentual 1,5 pontos percentuais superior ao de 2022. Entre os homens, esse fator foi ainda mais determinante (53,4%), seguido pela falta de interesse em estudar (25,5%). Já entre as mulheres, embora o trabalho também apareça como principal razão (25,5%), destacam-se a gravidez (23,1%) e o desinteresse pelos estudos (20,7%), além de 9,5% mencionarem os afazeres domésticos ou o cuidado de pessoas — motivo praticamente inexistente entre os homens (0,8%).

Apesar desses avanços, a trajetória educacional feminina não é linear. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) vem registrando queda no país, segundo o Censo Escolar 2024 divulgado pelo Inep: entre 2020 e 2024, as matrículas diminuíram 20,4%, sendo 7,7% apenas entre 2023 e 2024, totalizando cerca de 2,4 milhões de estudantes no último ano. A retração foi mais intensa no ensino fundamental (10,2%) do que no médio (3,7%). Nesse contexto, muitas mulheres que recorrem à EJA enfrentam jornadas duplas de trabalho, cansaço e falta de apoio, fatores que elevam o risco de evasão; ainda assim, buscam alfabetização, conclusão dos estudos para terem melhores oportunidades no mercado de trabalho formal, encontrando na volta à escola um processo de empoderamento, fortalecimento da autoestima e, em diversos casos, continuidade no ensino superior, ressignificando suas trajetórias de vida.

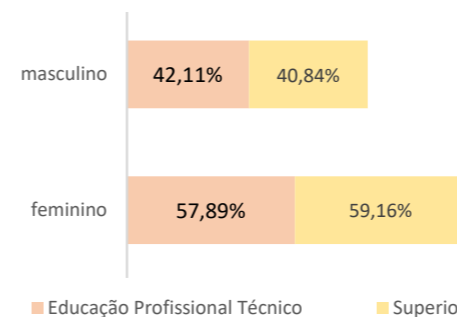
A maternidade precoce é um dos fatores que mais impactam negativamente a continuidade dos estudos entre jovens mulheres. A gravidez e o cuidado com os filhos frequentemente levam à evasão no ensino regular, sobretudo no ensino médio, e empurram essas jovens para trajetórias educacionais mais longas e frag-

mentadas. A EJA surge, nesse contexto, como uma estratégia de retomada da escolarização, mas não elimina os obstáculos estruturais enfrentados por essas mulheres, como a falta de creches, de políticas de permanência e de apoio institucional que possibilitem conciliar estudo, trabalho e cuidado.

No ensino superior, os avanços são ainda mais evidentes. Atualmente, as mulheres representam cerca de 59% das matrículas nas universidades brasileiras, além de constituírem maioria também nos cursos técnicos profissio-

MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR E PROFISSIONALIZANTE

Fonte: INEP- Censo Escolar da Educação Básica (2023) e Censo Escolar da Educação Superior (2023)

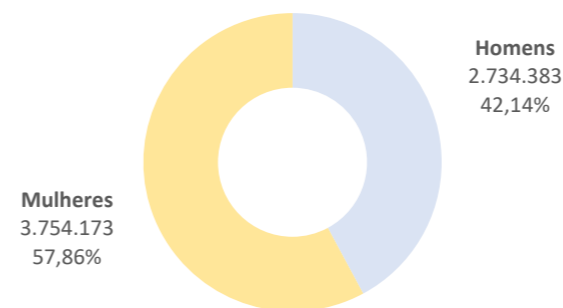


nalizantes, com aproximadamente 58% das matrículas. Esse crescimento reflete um movimento histórico iniciado na segunda metade do século XX, impulsionado tanto por políticas públicas de ampliação do acesso quanto pela valorização social da escolarização feminina.

O estado do Rio de Janeiro segue o padrão nacional, se destacando com uma das maiores proporções de mulheres do país, com estudos apontando cerca de 57,86% de mulheres na população. Enquanto de acordo

COMPARATIVO DE CONCLUINTEES NO ENSINO SUPERIOR

Fonte: IBGE- Censo Demográfico 2022



com os Dados do Censo 2022 (divulgados em 2024/2025) confirmam que o número de mulheres com graduação completa supera o de homens, com 15,72% das mulheres com 25 anos ou mais apresentando ensino superior completo.

Entretanto, a distribuição das mulheres entre as áreas de estudo evidencia desigualdades persistentes. Elas predominam em cursos ligados às licenciaturas, educação, saúde e áreas das ciências humanas, enquanto continuam sub-representadas em campos como ciências exatas, tecnologia e engenharia. Em algumas dessas áreas, observa-se o chamado “efeito tesoura”, no qual há maior ingresso feminino, mas redução significativa da presença ao longo do curso, indicando dificuldades de permanência.

No que diz respeito à evasão no ensino superior, as mulheres tendem, em média, a apresentar taxas iguais ou inferiores às dos homens. Ainda assim, a evasão feminina está associada a fatores específicos de gênero, como discriminação institucional, pressão social, sobrecarga de trabalho doméstico e responsabilidades familiares. A maternidade, especialmente quando ocorre precocemente, pode interromper ou retardar a conclusão da graduação, sobretudo na ausência de políticas de apoio à permanência acadêmica.

A análise da educação das mulheres no Rio de Janeiro, portanto, revela um cenário de avanços expressivos, mas também de desafios estruturais persistentes. Desde a legislação excludente do século XIX, passando pelas conquistas legais da Lei de 1879 e pelas mobilizações feministas do início do século XX, até os dados contemporâneos de acesso e permanência, a trajetória educacional feminina é marcada por desigualdades que se reorganizam ao longo do tempo. Embora as mulheres hoje superem os homens em diversos indicadores educacionais, fatores como maternidade precoce, desigualdades raciais, concentração em determinadas áreas de estudo e ausência de políticas de suporte continuam impactando de forma desproporcional suas trajetórias educacionais, exigindo respostas públicas integradas e sensíveis às especificidades de gênero.

MULHERES NA POLÍTICA:

O CAMINHO PARA A IGUALDADE



A representação feminina na política é um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade mais igualitária. Apesar dos avanços conquistados ao longo das décadas, as mulheres ainda são minoria nos cargos de poder ao redor do mundo. No entanto, sua presença é fundamental para garantir a formulação de políticas públicas mais inclusivas e fortalecer a luta por direitos iguais.

A participação feminina na política está diretamente ligada às questões de democracia, igualdade de gênero e justiça social. Apesar dos esforços para ampliar essa presença, ainda existem barreiras estruturais que dificultam a ascensão das mulheres a cargos eletivos e de liderança.

No contexto brasileiro, observa-se um contraste significativo: embora as mulheres constituam a maioria do eleitorado, sua representação nos espaços de decisão política permanece limitada. A Lei nº 9.504/1997, art. 10, § 3º, estabelece uma cota de gênero de 30% para candidaturas femininas, mas desafios como machismo, falta de apoio financeiro e a conciliação entre política e responsabilidades familiares ainda dificultam sua maior participação.

escrito por

**MICHELE ESQUERDO
GEANE GRANGEIRO**

O DESAFIO DA REPRESENTATIVIDADE

Historicamente, as mulheres foram excluídas dos processos decisórios, tendo conquistado o direito ao voto apenas no século XX em muitos países. No Brasil, o sufrágio feminino foi garantido em 1932, mas a primeira mulher eleita deputada federal, Carlota Pereira de Queirós, só chegou ao cargo em 1934. Desde então, avanços ocorreram, mas a política ainda permanece um espaço predominantemente masculino.



Carlota Pereira de Queiroz
(1892-1982):
a primeira mulher eleita deputada federal no Brasil

Fonte:
Mulheres do Acervo.

A trajetória de mulheres como Maria da Penha Maia Fernandes, cujo engajamento resultou na criação da Lei Maria da Penha contra a violência doméstica, é um exemplo de como a presença feminina no debate político pode gerar mudanças significativas. Além disso, lideranças como Dilma Rousseff, primeira mulher a ocupar a presidência do Brasil, mostraram que mulheres podem exercer papel de destaque mesmo em um ambiente hostil.

O IMPACTO DA PRESENÇA FEMININA NA POLÍTICA

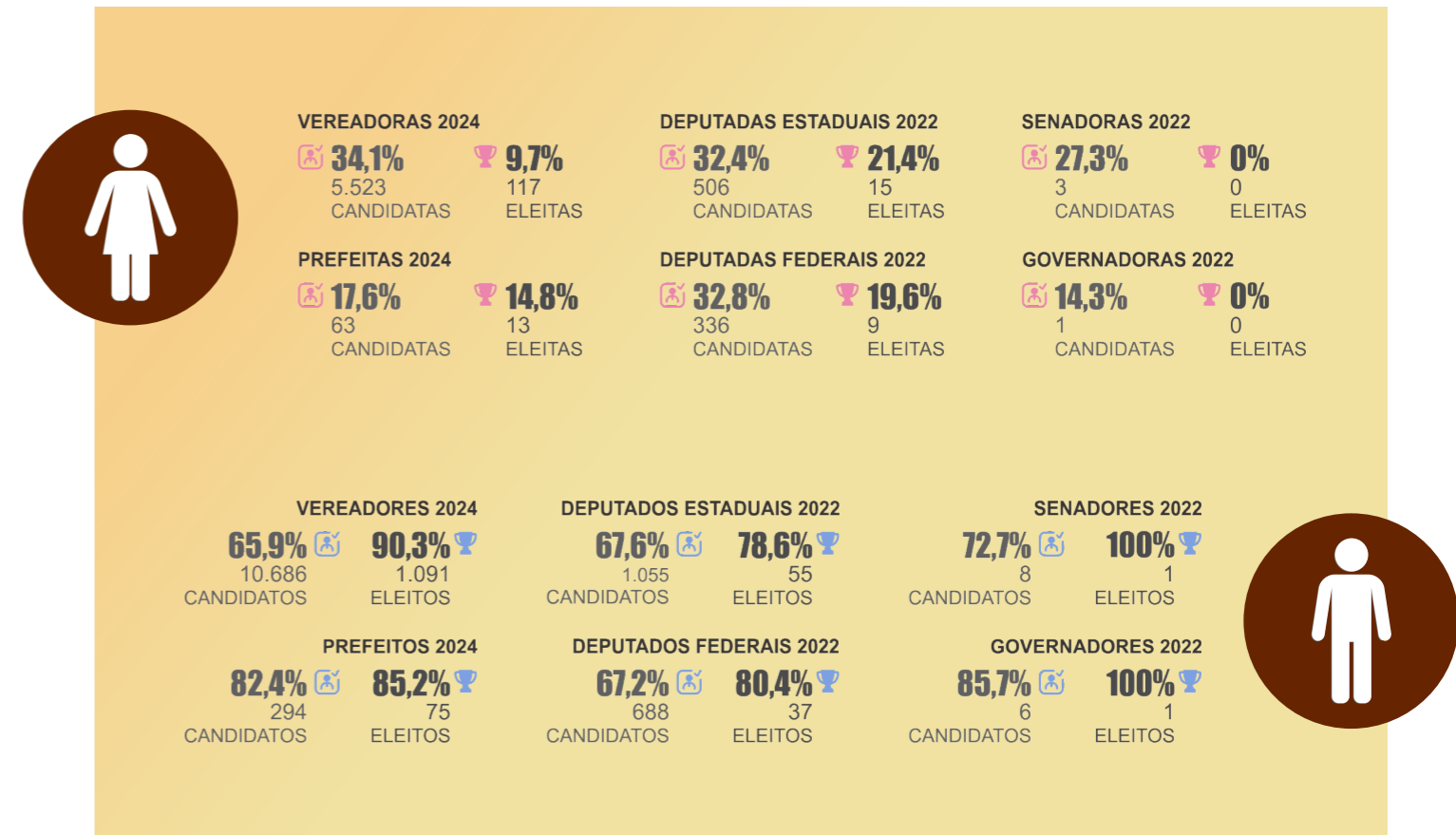
A política afeta diretamente a vida de todos, e a presença de mulheres em cargos de poder é essencial para garantir que diferentes perspectivas e experiências sejam contempladas nas decisões públicas. Estudos demonstram que a inclusão de mulheres na política leva a um maior foco em questões sociais, educação, saúde e bem-estar.

A visibilidade de mulheres na política também tem um impacto simbólico poderoso. Representa um rompimento com estereótipos de gênero e serve de inspiração para novas gerações. Iniciativas de educação política voltadas para mulheres e o fortalecimento de redes de apoio femininas são estratégias fundamentais para impulsionar essa representação.

Nas eleições de 2024, observa-se o fortalecimento da participação feminina na política, evidenciado pelo aumento de candidaturas em diferentes esferas. Esse cenário demonstra a ampliação da presença das mulheres nos espaços de decisão, ainda que persistam desafios estruturais que dificultam sua plena inserção em cargos de maior poder.

TOTAL DE CANDIDATOS E ELEITOS NAS ELEIÇÕES DE 2022 E 2024 POR CARGO ELETIVO E GÊNERO

Fonte: Fundação CEPERJ



O FUTURO DA REPRESENTATIVIDADE FEMININA

No Rio de Janeiro, a representatividade feminina na política avança de forma gradual, mas ainda enfrenta desafios significativos. Apesar das cotas de gênero e do crescente debate sobre a participação das mulheres, elas continuam sub-representadas nos espaços de poder. Para mudar esse cenário, é fundamental investir em financiamento público específico para campanhas femininas e no combate à violência política de gênero.

As plataformas digitais têm se mostrado um recurso valioso para fortalecer a presença feminina na política. Por meio das redes sociais, candidatas conseguem divulgar suas propostas, mobilizar apoio e superar barreiras impostas por estruturas partidárias historicamente dominadas por homens.

A luta por maior representação feminina na política continua sendo um desafio global, mas avanços são visíveis e significativos. Com mais mulheres ocupando cargos públicos, ampliam-se as possibilidades de construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A equidade política não depende apenas das mulheres, mas de um compromisso coletivo para garantir oportunidades reais de participação e liderança. Somente com a quebra de barreiras estruturais, combate à violência de gênero e incentivo à educação política será possível transformar o cenário atual em um futuro mais representativo e inclusivo.



A EFETIVIDADE DAS COTAS DE GÊNERO NO LEGISLATIVO BRASILEIRO:

Uma análise jurídico-filosófica à
luz da teoria da justiça e do Sistema
Interamericano de Direitos Humanos

Escrito por
JUCELIA OLIVEIRA FREITAS

A participação das mulheres no Legislativo é um elemento fundamental para a consolidação de sociedades democráticas e igualitárias. Historicamente, entretanto, os sistemas políticos foram estruturados sob forte predominância masculina, o que resultou em profundas assimetrias na representação política. Mesmo após importantes conquistas jurídicas e institucionais, a presença feminina nos parlamentos ainda é significativamente inferior à masculina.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 representou um marco jurídico e ético para a promoção da igualdade e da dignidade humana, estabelecendo princípios fundamentais que orientam os sistemas jurídicos contemporâneos e políticas públicas voltadas à redução das desigualdades sociais e de gênero. Ainda assim, a efetivação desses direitos não ocorreu de maneira uniforme, especialmente no que se refere à participação política das mulheres.

No Brasil, o direito ao voto feminino foi instituído em 1932 por meio do Código Eleitoral, representando um passo importante para a inclusão política das mulheres. Contudo, restrições sociais e institucionais limitaram durante décadas o exercício pleno dessa cidadania. Somente com a Constituição Federal de 1988 consolidou-se o princípio da igualdade formal entre homens e mulheres no campo político.

Apesar desses avanços, os dados mais recentes demonstram a persistência de forte sub-representação feminina. Nas eleições de 2024, as mulheres representaram cerca de 34% das candidaturas, mas apenas 17,9% dos eleitos, evidenciando um descompasso entre participação eleitoral e ocupação efetiva de cargos políticos. Esse cenário indica que a política de cotas de gênero, embora relevante, ainda enfrenta obstáculos estruturais para produzir efeitos mais robustos.

Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo analisar a efetividade das cotas de gênero no Legislativo brasileiro à luz da Teoria da Justiça e do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, investigando os fundamentos filosóficos da igualdade política e os desafios institucionais para sua implementação.

DEMOCRACIA, IGUALDADE E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

A discussão sobre igualdade de gênero na política está diretamente relacionada às teorias da democracia. Norberto Bobbio (1986) destaca que a democracia moderna é fruto de uma concepção individualista da sociedade, segundo a qual o poder político deriva da vontade dos indivíduos que compõem a coletividade. Contudo, nas democracias contemporâneas, os grupos sociais e os interesses coletivos tornam-se protagonistas da dinâmica política.

Robert Dahl (2005) contribui para esse debate ao propor o conceito de poliarquia, caracterizado pela ampliação simultânea da participação e da competição política. Para o autor, a democracia pode ser compreendida como um processo contínuo de expansão desses dois elementos fundamentais.

Charles Tilly (2013) acrescenta que a democratização depende de condições sociais específicas e de instituições capazes de garantir participação efetiva da população nas decisões públicas. Nesse sentido, a inclusão de grupos historicamente marginalizados, como as mulheres, constitui elemento central para a qualidade democrática.

A sub-representação feminina no Parlamento revela, portanto, uma limitação estrutural das democracias contemporâneas. A ampliação da presença das mulheres nos espaços decisórios não representa apenas uma questão de justiça social, mas também um fator essencial para a pluralidade de perspectivas na formulação de políticas públicas.

DIREITOS HUMANOS, GÊNERO E INTERSECCIONALIDADE

A evolução dos direitos humanos está profundamente vinculada às lutas sociais por igualdade e reconhecimento. Bobbio (2004) destaca que os direitos humanos são historicamente construídos e se ampliam à medida que novas demandas sociais emergem.



*“não se nasce mulher,
torna-se mulher”
Simone de Beauvoir*

No campo das questões de gênero, instrumentos internacionais como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) e a Convenção de Belém do Pará foram fundamentais para consolidar a proteção jurídica dos direitos das mulheres.

A reflexão teórica sobre gênero também foi profundamente influenciada pelas contribuições do pensamento feminista. Simone de Beauvoir (1970) demonstrou que a condição feminina é resultado de construções sociais e culturais, afirmando que “não se nasce mulher, torna-se mulher”. A autora evidencia como as estruturas patriarcais moldam as oportunidades sociais e políticas das mulheres.

Judith Butler (2018) amplia essa discus-

são ao conceber o gênero como uma performance socialmente construída, resultante de práticas e discursos que se repetem culturalmente. Essa abordagem evidencia que as desigualdades de gênero não são naturais, mas sim produzidas por estruturas sociais.

A perspectiva da interseccionalidade, desenvolvida por Kimberlé Crenshaw (1991; 2002), acrescenta uma dimensão fundamental a esse debate. Segundo a autora, diferentes formas de opressão — como racismo, patriarcado e desigualdade de classe — interagem entre si, produzindo experiências específicas de exclusão. No campo político, essa abordagem evidencia que mulheres negras enfrentam obstáculos ainda mais intensos para acessar espaços de poder.



A TEORIA DA JUSTIÇA E A INCLUSÃO POLÍTICA DAS MULHERES

A Teoria da Justiça de John Rawls constitui um dos principais referenciais teóricos para a compreensão das políticas de igualdade. Rawls (1997) defende que uma sociedade justa deve garantir liberdades básicas iguais a todos os indivíduos e que eventuais desigualdades só podem ser justificadas se beneficiarem os grupos menos favorecidos.

Sua teoria fundamenta-se em dois princípios centrais:

1. Princípio da liberdade igual, segundo o qual todos devem possuir as mesmas liberdades fundamentais.
2. Princípio da diferença, que admite desigualdades apenas quando estas beneficiam os menos favorecidos.

Nesse sentido, políticas públicas destinadas a promover a inclusão política de grupos

historicamente excluídos, como as mulheres, encontram forte respaldo na teoria rawlsiana. As cotas de gênero podem ser interpretadas como instrumentos de justiça distributiva voltados à correção de desigualdades estruturais.

Ronald Dworkin (1977), por sua vez, enfatiza a importância da igualdade moral entre os indivíduos e defende que os direitos fundamentais devem ser tratados como “trunfos” contra decisões majoritárias que possam prejudicar minorias. Essa perspectiva reforça a necessidade de mecanismos institucionais capazes de proteger a participação política de grupos sub-representados.

A combinação das teorias de Rawls e Dworkin oferece, portanto, uma base normativa robusta para a defesa de políticas afirmativas no campo político.

A EFETIVIDADE DAS COTAS DE GÊNERO NO BRASIL

No Brasil, a política de cotas de gênero foi introduzida com o objetivo de ampliar a participação feminina nas eleições. A legislação eleitoral estabelece que os partidos devem reservar ao menos 30% das candidaturas para cada gênero.

Apesar desse avanço normativo, os resultados eleitorais demonstram limitações na efetividade dessa política. Dados recentes indicam que, embora as mulheres representem mais de um terço das candidaturas, sua presença entre os eleitos permanece significativamente inferior.

Essa discrepância evidencia a existência de barreiras estruturais, tais como:

- desigualdade no financiamento de campanhas;
- baixa visibilidade política das candidaturas femininas;
- estruturas partidárias dominadas por homens;
- práticas como candidaturas fictícias, utilizadas apenas para cumprir a exigência legal.

Além disso, a análise interseccional revela que as mulheres negras enfrentam obstáculos ainda maiores para alcançar cargos eletivos, refletindo a intersecção entre desigualdades de gênero e raça.

No plano internacional, experiências de paridade de gênero em países como Argentina, França e Ruanda demonstram que reformas

institucionais mais profundas – incluindo sistemas eleitorais paritários – podem produzir resultados mais significativos na ampliação da representação feminina.

A análise realizada evidencia que a política de cotas de gênero representa um avanço importante na promoção da igualdade política no Brasil. Ao ampliar o número de candidaturas femininas, essa política contribuiu para tornar mais visível a participação das mulheres no processo eleitoral.

Entretanto, os dados empíricos demonstram que a existência de cotas não é suficiente para garantir representação política efetiva. Barreiras estruturais, culturais e institucionais continuam limitando o acesso das mulheres aos espaços de poder.

À luz da Teoria da Justiça e dos princípios do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, torna-se necessário avançar em políticas públicas capazes de enfrentar essas desigualdades estruturais. Entre as medidas possíveis destacam-se o fortalecimento do financiamento eleitoral feminino, o combate às candidaturas fictícias e a adoção de mecanismos institucionais que promovam maior equilíbrio de gênero na representação política.

Somente com a combinação de reformas institucionais, mudanças culturais e fortalecimento da participação feminina será possível construir uma democracia verdadeiramente inclusiva e representativa.



Mulheres e o Mercado de Trabalho



O último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2022, mostra que as mulheres são maioria entre a população geral, com cerca de 51,05% no Brasil. No Rio de Janeiro, essa porcentagem é ainda maior, cerca de 52,8%. Ainda que a população feminina seja maior em números e tenha maior escolaridade, elas continuam tendo menor participação no mercado de trabalho e recebem rendimentos significativamente inferiores aos dos homens, cerca de 21% a menos.

O 4º Relatório de Transparência Salarial e Critérios Remuneratórios, divulgado pelo Ministério do Trabalho em novembro de 2025, mostra que ainda existe uma lentidão no que se refere à igualdade salarial. Com base nas informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do 2º semestre de 2024 ao 1º semestre de 2025, a remuneração média das mulheres é de R\$ 3.908,76, enquanto a dos homens é de R\$4.958,43.

A Lei nº 14.611/2023 visa acabar com a disparidade salarial entre homens e mulheres, mas essa luta por igualdade de remuneração não é algo novo. Desde 1943, o artigo 461 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) busca garantir a isonomia entre trabalhadores que exerçam tarefas semelhantes e com a mesma qualidade. Entretanto, a implementação de mudanças estruturais e culturais ainda é um obstáculo.

Segundo levantamentos do IBGE, as mulheres estão majoritariamente concentradas em áreas que lideram a geração de empregos no Brasil, como serviços, educação, saúde e comércio. Pesquisas feitas em 2024 mostram o Rio de Janeiro no ranking dos estados com maior presença feminina no mercado de trabalho, sendo 3.633.250 mulheres.

A renda média de famílias chefiadas por mulheres é significativamente menor do que a das lideradas por homens. De cada cem lares brasileiros, 52 são chefiados por mulheres, autodeclaradas pretas ou pardas, com ensino médio ou superior incompleto.

Uma pesquisa feita pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), com base em dados do IBGE, revela que hoje há mais de 41 milhões de domicílios que têm mulheres como principais provedoras.

Buscando mudar a realidade e alcançar autonomia financeira, o empreendedorismo feminino está em ascensão. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o número de empreendedoras no Brasil ultrapassou 10,4 milhões. Cerca de 46,8% dos novos negócios são liderados por mulheres.

Embora seja um caminho de crescimento contínuo, de inovação e transformação social, os desafios de acesso a crédito e as múltiplas tarefas indicam um cenário de barreiras. Conciliar o próprio negócio com a chamada jornada dupla – trabalho profissional e responsabilidades domésticas e familiares – exige resiliência, organização e apoio, mas também revela a força e a capacidade das mulheres de criar soluções, gerar renda e impactar suas comunidades, mesmo diante de conflitos estruturais.

Apesar dos avanços observados nas últimas décadas, especialmente no acesso à educação e na ampliação da presença feminina em diferentes setores da economia, as desigualdades de gênero ainda persistem no mundo do trabalho. Nesse contexto, a ocupação de espaços de liderança por mulheres assume um papel fundamental não apenas para a promoção da equidade, mas também para a construção de ambientes institucionais mais diversos, repre-

sentativos e comprometidos com a valorização do talento feminino. A presença de mulheres em cargos de decisão contribui para ampliar perspectivas, fortalecer políticas mais inclusivas e inspirar novas gerações a ocupar posições de protagonismo.

No âmbito das instituições públicas, esse movimento também se reflete na crescente participação feminina em funções estratégicas de gestão e formulação de políticas. Na Fundação CEPERJ, mulheres têm assumido papéis importantes na condução de áreas técnicas e administrativas, contribuindo com suas trajetórias, conhecimentos e experiências para o desenvolvimento da instituição. A valorização dessas lideranças é parte essencial do reconhecimento do papel das mulheres na gestão pública e do incentivo à construção de espaços profissionais mais igualitários.

As mulheres ocupam, cada vez mais, espaços estratégicos na gestão pública, contribuindo com diferentes perspectivas, experiências e formas de liderança. Na Fundação CEPERJ, a presença feminina em posições de destaque evidencia não apenas a competência técnica dessas profissionais, mas também a importância da representatividade e da diversidade na construção de ambientes institucionais mais inovadores, colaborativos e sensíveis às demandas da sociedade.

Como parte das ações de valorização das mulheres na instituição, foram realizadas entrevistas com lideranças femininas da Fundação, que compartilharam suas trajetórias profissionais, desafios enfrentados ao longo da carreira e reflexões sobre o papel da mulher em posições de liderança. Os relatos revelam experiências marcadas por dedicação, superação de barreiras e compromisso com a construção de uma gestão pública mais inclusiva e eficiente.

A seguir, apresentamos os depoimentos de algumas das líderes da Fundação CEPERJ, que, a partir de suas histórias e vivências, contribuem para ampliar o debate sobre igualdade de oportunidades, reconhecimento profissional e o fortalecimento da presença feminina em espaços de decisão.



IZABEL MARIA BRITO TOLEDO

Presidente da Fundação CEPERJ

Izabel conta que não só no início de sua carreira, mas que ainda sente que ser mulher é um desafio, sobretudo para se posicionar enquanto liderança: “Nos primeiros anos, até você mostrar o seu trabalho, há um certo preconceito. Até a própria mulher tem preconceito em reconhecer a autoridade de outra mulher. Aconteceu uma situação em que eu tive que mostrar, dentro da minha própria equipe – que deveriam ser meus colaboradores –, e dizer: “Peraí, você não vai passar por cima de mim porque eu sou mulher. Não, você vai me respeitar. Eu ainda sinto um preconceito muito grande, mesmo depois de tanto tempo, de anos de atuação”.

NATHALIA EMYGDIA DE ANDRADE

Diretora do Centro de Estatísticas, Estudos, Pesquisas, Planejamento e Programas (CEEP) da Fundação CEPERJ

Nathalia acredita que sua posição de liderança, enquanto mulher, influencia outras mulheres dentro da instituição: “Representatividade importa. Quando uma mulher assume uma posição de liderança, ela amplia o imaginário do que é possível para outras”.



NOELMA RAMOS FRAIA

Ouvidoria da Fundação CEPERJ

Noelma afirma que o maior desafio que já enfrentou foi ter que reafirmar sua competência, para ser reconhecida, através de mais trabalho: “Ter que fazer sempre o dobro para ser reconhecida pelo mínimo”.

DANIELE DOS SANTOS DE OLIVEIRA

Assessora-Chefe da Assessoria Jurídica da Fundação CEPERJ

Daniele relata que a educação foi decisiva para sua trajetória profissional: “tive a oportunidade de ter uma família que preza pelo estudo e isso me fez entender sobre a necessidade e importância da educação contínua, com pós graduação, cursos de capacitação, e estar em constante atualização”.



BIANCA NEUBERGER LEDA

Diretora de Concursos e Processos Seletivos da Fundação CEPERJ

Para Bianca a liderança feminina contribui de forma significativa para uma gestão mais inovadora: “Quanto mais plural a liderança, maior a capacidade de encontrar soluções criativas. Procuro sempre estimular novas ideias e modernizar processos”.

MULHERES DONAS DE SI

Escrito por
ANDREZZA MOURA

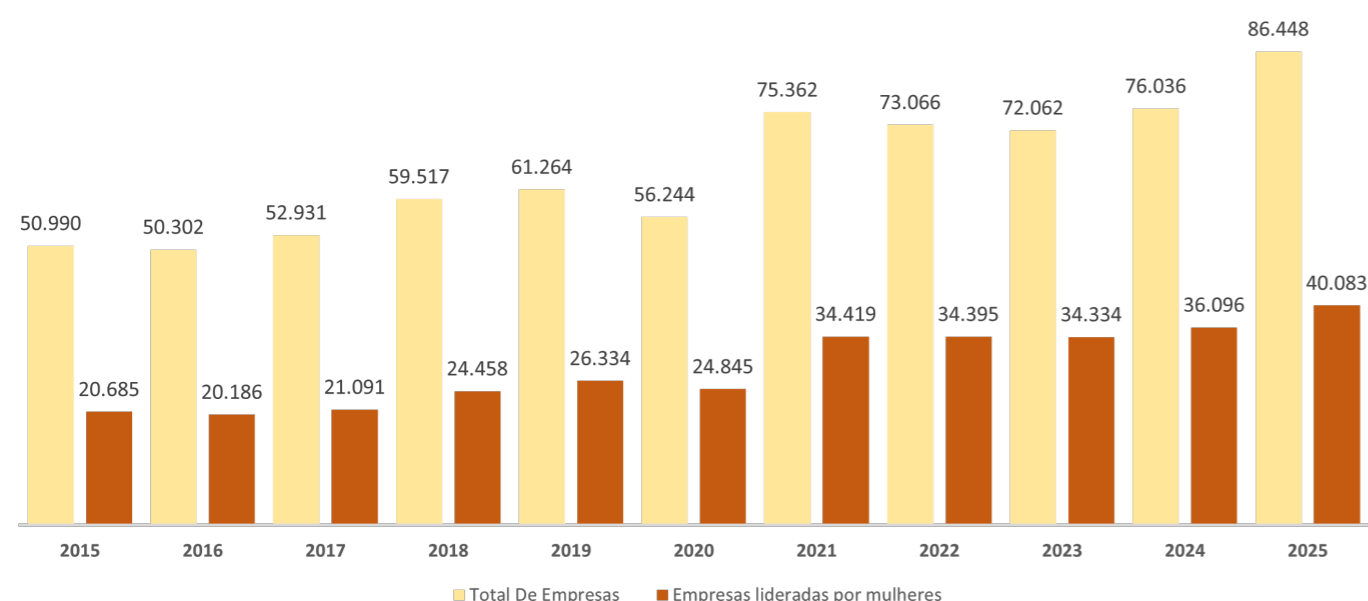
O empreendedorismo feminino no Rio de Janeiro vive um momento de forte expansão e consolidação. As mulheres já lideram mais de 45% das novas empresas abertas no estado, segundo dados da Jucerja, colocando o Rio entre as unidades da federação com maior participação feminina nos negócios. Entre 2023 e 2024 houve um aumento de 5,13% na quantidade de empresas abertas por mulheres, enquanto de 2024 para 2025 houve um aumento de 11%. Os cinco municípios com mais empreendimentos abertos foram, respectivamente, Rio de Janeiro, Niterói, Duque de Caxias, São Gonçalo e Nova Iguaçu. Neste mesmo período, as empresas abertas por mulheres tem como atividade econômica principal as seguintes áreas:

- Comércio Varejista de Artigos do Vestuário e Acessórios
- Consultórios Médicos
- Restaurantes e Similares
- Consultórios de Psicologia e Psicanálise
- Serviços de Escritório

O perfil das empreendedoras fluminenses revela um importante recorte social. A maioria está na faixa dos 35 aos 55 anos, 49% são chefes de família e quase 78% são mães, o que evidencia a dupla jornada entre gestão do negócio e responsabilidades domésticas. Cerca de 59% das empreendedoras se autodeclararam negras e 56% possuem rendimento médio inferior a R\$ 3.200, o que nos mostra que grande parte atua à frente de pequenos negócios, como, por exemplo, salões de beleza, comércio local e prestação de serviços que, embora de menor porte, desempenham papel fundamen-

Série histórica de empresas lideradas por mulheres por total de empresas (2015 a 2025)

Fonte: Jucerja



tal na geração de renda familiar. Nesse cenário, o empreendedorismo se consolida não apenas como alternativa profissional, mas como estratégia concreta de sobrevivência e conquista de autonomia financeira.

O empreendedorismo tem se consolidado como instrumento de independência econômica e fortalecimento da autoestima. A autonomia financeira amplia o poder de decisão das mulheres sobre suas próprias trajetórias e cria condições mais seguras para romper ciclos de vulnerabilidade social. Em muitos casos, empreender representa também uma porta de saída do ciclo da violência doméstica, já que a dependência econômica é um dos principais fatores que dificultam o rompimento de relações abusivas. Ao gerar renda própria, estruturar um negócio e acessar redes de apoio e capacitação, as mulheres ampliam sua capacidade de reconstrução pessoal e social.

Nesse contexto, políticas públicas e iniciativas institucionais ganham relevância estratégica. A Secretaria de Estado da Mulher do Rio de Janeiro coordena o Plano Decenal para o Empreendedorismo Feminino, que estabele-

ce diretrizes para ampliar capacitação, inclusão produtiva e acesso ao crédito, articulando também ações de enfrentamento à violência contra a mulher. Entre as iniciativas estão o Espaço Mulher+ Empreendedora e parcerias com a Aliança Empreendedora, por meio da plataforma Tamo Junto, voltadas à qualificação técnica, educação financeira e fortalecimento da gestão dos negócios.

No campo do crédito e incentivo financeiro, destacam-se o Fundo Dona de Mim, voltado para microempreendedoras individuais, o programa Crédito Mulher Empreendedora do Sebrae/RJ e a iniciativa Caixa Pra Elas, da Caixa Econômica Federal, que oferecem condições facilitadas para capital de giro e expansão dos empreendimentos. Além disso, eventos como o Sebrae Rio Summit reforçam o protagonismo feminino ao promover debates sobre inovação, gestão e liderança.

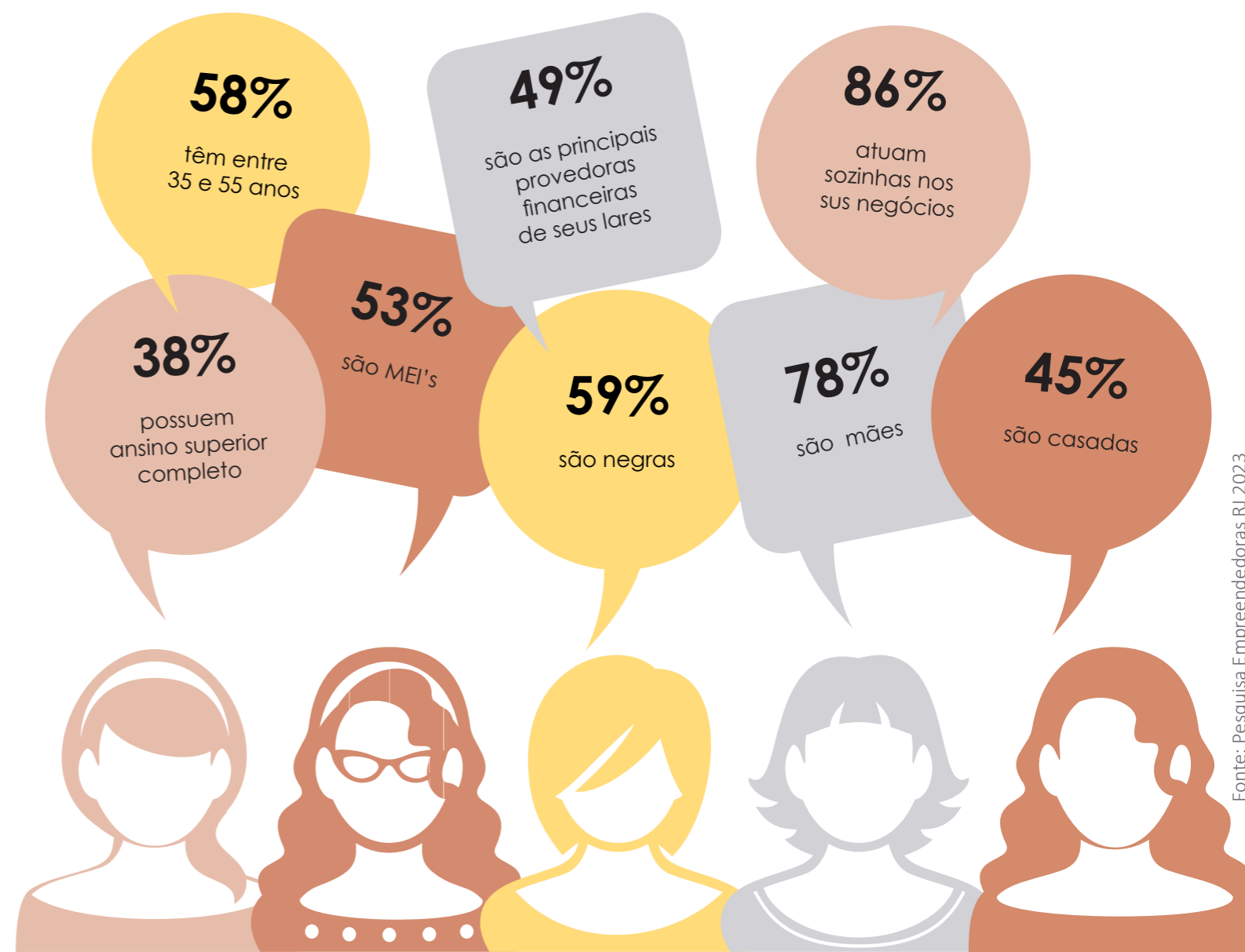
O crescimento do empreendedorismo feminino no estado, portanto, não se expressa apenas em indicadores econômicos ou no aumento do número de empresas abertas. Ele revela um processo mais amplo de transforma-

ção social, marcado pela ampliação da presença das mulheres nos espaços de produção, decisão e geração de renda. Ao liderarem negócios em diferentes setores, também em pequenos empreendimentos, as mulheres contribuem diretamente para o fortalecimento das economias familiares, para a dinamização do comércio local e dos serviços e para a geração de oportunidades em seus territórios.

Esse movimento também evidencia um sucesso na articulação entre iniciativa individual e políticas públicas voltadas à promoção da igualdade de gênero. Programas de capacitação, acesso ao crédito e incentivo ao empreendedorismo têm desempenhado papel fundamental na criação de condições mais favoráveis para que as mulheres iniciem e consolidem seus negócios. Ao passo que a autonomia financeira, conquistada por meio do empreendedorismo,

amplia o poder de decisão das mulheres sobre suas próprias vidas.

Dessa forma, o empreendedorismo feminino no estado Rio de Janeiro se consolida como uma ferramenta estratégica não só de desenvolvimento econômico, mas, também, de inclusão social. Contribuindo para a construção de trajetórias mais autônomas, para o enfrentamento de desigualdades históricas e, em muitos casos, para o rompimento de ciclos de vulnerabilidade e violência. Ao ampliar o protagonismo feminino na economia, o estado avança também na construção de uma sociedade mais justa, diversa e sustentável.



Escrito por
ANDREZZA MOURA



Perfil das Mulheres da Fundação Ceperj

O Perfil das Mulheres da Fundação Ceperj consiste em um levantamento institucional de caráter interno, elaborado com o objetivo de produzir, organizar e registrar informações sobre a realidade das mulheres que atuam na instituição. A iniciativa foi estruturada como um diagnóstico organizacional, voltado à consolidação de dados sobre a composição do quadro feminino e sobre aspectos relacionados às suas condições e percepções no ambiente de trabalho.

A pesquisa foi aplicada entre 04 de fevereiro e 04 de março, por meio de questionário estruturado disponibilizado às servidoras e co-

laboradoras do órgão. O universo considerado para o levantamento correspondeu a um total de 64 servidoras, das quais 48 participaram da pesquisa, resultando em uma taxa de adesão de 75%. Esse percentual de participação permite a construção de um panorama representativo do grupo pesquisado.

O questionário contemplou variáveis relacionadas ao perfil sociodemográfico, como faixa etária, escolaridade e raça/cor autodeclarada, além de eixos temáticos voltados à conciliação entre trabalho e vida pessoal, à saúde física e emocional no contexto laboral e às percepções sobre a experiência profissional en-

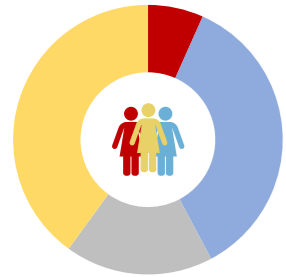
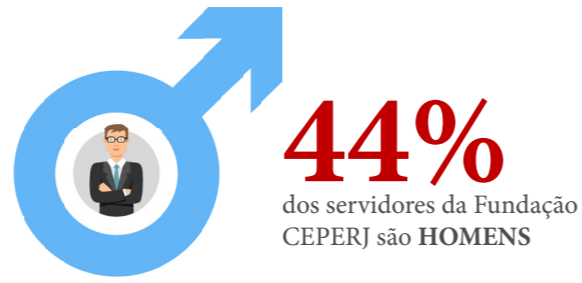
quanto mulheres na instituição.

A coleta de dados foi realizada por meio de respostas autodeclaratórias, com questões objetivas. As informações foram tratadas de forma agregada, assegurando o anonimato das participantes e a confidencialidade dos dados individuais. A organização das respostas possibilitou a sistematização dos resultados em categorias analíticas, permitindo uma visualização estruturada do contexto institucional.

Os gráficos a seguir apresentam a consolidação das informações obtidas durante o período de aplicação da pesquisa. Trata-se de um retrato institucional fundamentado exclu-

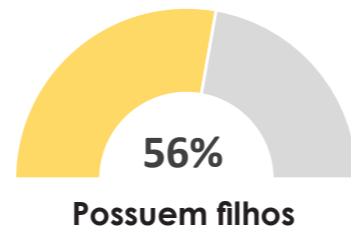
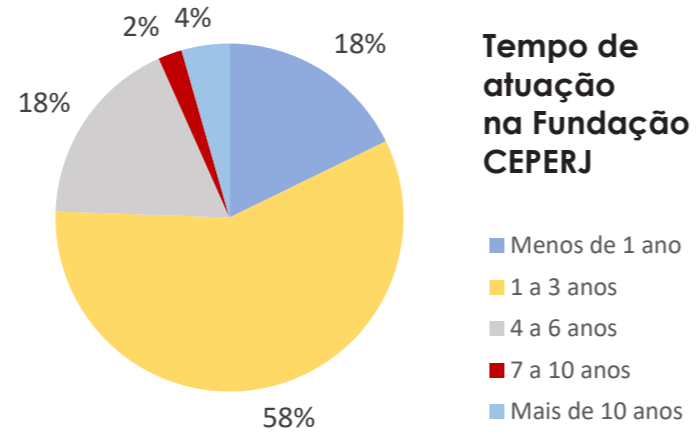
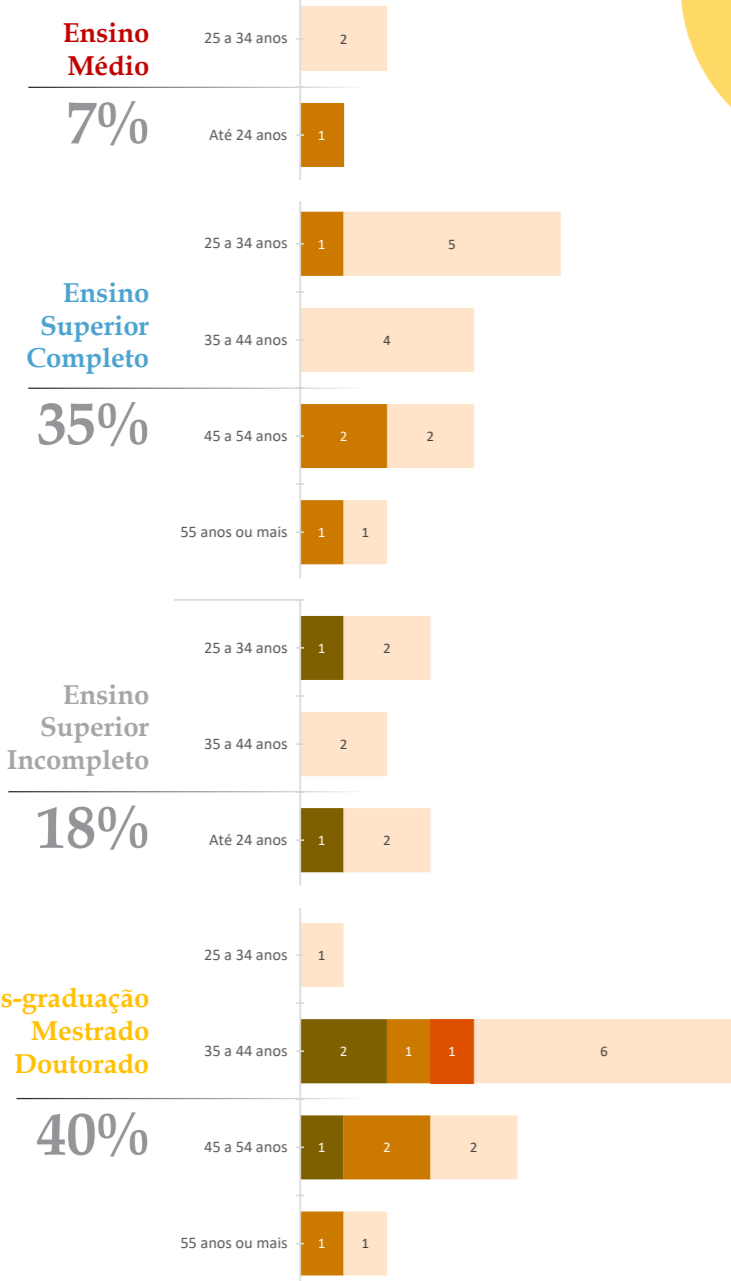
sivamente nos dados coletados junto às respondentes, sem caráter comparativo externo ou avaliativo.

Ao formalizar e divulgar este perfil, a Fundação Ceperj registra e organiza informações relevantes sobre sua composição interna, consolidando uma base de dados que contribui para o entendimento da realidade das mulheres que integram seu quadro funcional. A sistematização dessas informações amplia a compreensão sobre o contexto em que essas profissionais atuam e fornece elementos técnicos para análise das dinâmicas internas da instituição.

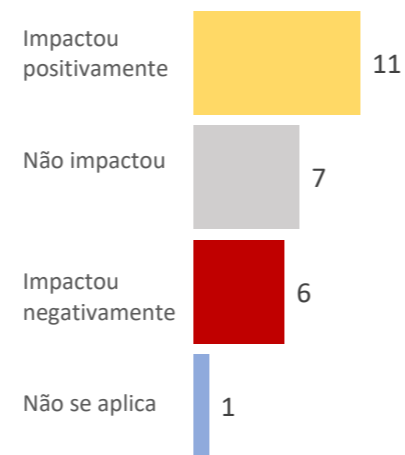


Escolaridade por idade e raça

■ Preta ■ Parda ■ Indígena ■ Branca



A maternidade impactou a sua trajetória profissional?



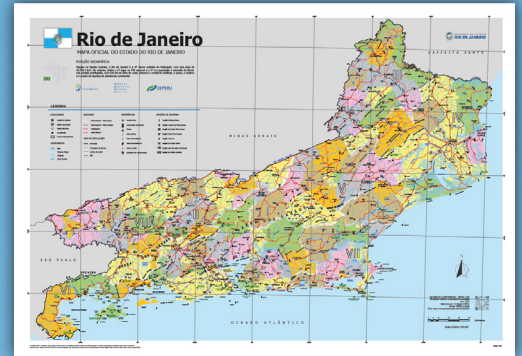
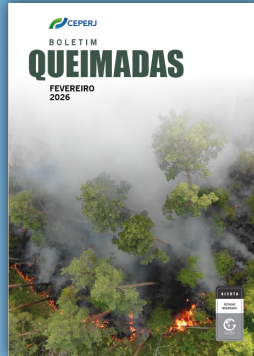
Fonte: Fundação CEPERJ



acesse

rj.gov.br/ceperj

e conheça nossos produtos



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO